

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 24/07/2014 - Edição 1086

Comando Nacional dos Bancários quer incluir avanços do projeto-piloto de segurança na CCT



Fenaban mostrou também estatística com assaltos a bancos no 1º semestre

Foto: Contraf-CUT

Em reunião ocorrida nesta quarta-feira (23) com a Fenaban, em São Paulo, o Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Contraf-CUT, fez uma avaliação positiva do Projeto-piloto de Segurança Bancária e propôs a inclusão na próxima Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) das medidas testadas e aprovadas como a porta giratória, câmeras internas e externas, biombos

em frente aos caixas, e vigilantes armados e com coletes balísticos. Também participou o Coletivo Nacional de Segurança Bancária.

“Cobramos que os itens de segurança que ao longo de um ano foram implantados em 205 agências de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, e que também foram avaliados positivamente pelos bancos, sejam agora inseridos na CCT, a fim

de que sejam instalados em todas as agências e postos de atendimento do país, pois ficou comprovado que contribuem para a melhoria da segurança, a redução das ocorrências e, sobretudo, a proteção da vida de bancários, vigilantes e clientes”, afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional.

A Fenaban se comprometeu a analisar a reivindicação do Comando. “Vamos também levar essa proposta para a 16ª Conferência Nacional dos Bancários, que ocorre no próximo fim de semana em Atibaia (SP), para que seja discutida na mesa de negociações da Campanha Nacional 2014. Queremos colocar os avanços do projeto-piloto na nova convenção coletiva”, salienta Cordeiro.

Conquistado na Campanha Nacional 2012, o projeto-piloto foi assinado em 14 de maio de 2013, com prazo de adequação das agências em até 90 dias. Um grupo de acompanhamento, integrado pela Contraf-CUT, Sindicato

dos Bancários de Pernambuco e Fenaban, se reuniu cinco vezes desde novembro do ano passado em Recife, discutindo o andamento do projeto-piloto e verificando as ocorrências.

Houve também reuniões com gestores das agências envolvidas em janeiro deste ano, com a participação da Secretaria de Defesa Social (SDS). Já os representantes do Ministério Público e das três prefeituras se ausentaram dos debates.

Falta de transparência

“Os dados apresentados verbalmente pelos bancos, mostrando que não houve aumento violência no período do projeto-piloto, revelam a eficácia das medidas, que também estão previstas na lei municipal de segurança bancária de Recife”, aponta Jaqueline Melo, presidenta do Sindicato de Pernambuco.

“No entanto, não ficamos satisfeitos com as informações prestadas pela Fenaban, faltando clareza e mais detalhes que permitam avaliar melhor o modus operandi dos ataques e buscar soluções para garantir mais prevenção contra assaltos”, destaca a dirigente sindical.

“Observamos também que houve migração de assaltos e da ‘saidinha de banco’ para outras regiões pernambucanas, onde muitas agências não possuem sequer portas giratórias. Por isso, a expectativa do Sindicato é de que essas medidas testadas e aprovadas sejam estendidas para todo o Estado e o País”, propõe Jaqueline.

Sobram ainda críticas ao governo de Pernambuco pela demora e falta de transparência dos dados fornecidos. “Os números comparativos dos ataques, que solicitamos em maio e só foram enviados na segunda-feira (21) pela Secretaria da Defesa Social, estão incompletos e não possibilitam avaliar a evolução dos assaltos, dos arrombamentos e do crime da ‘saidinha de banco’ nos últimos anos”, ressalta Ademir Wiederkehr, secretário de Imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária.

“Também não recebemos o resumo do boletim das ocorrências no período do projeto-piloto, conforme compromisso assumido pelos representantes da SDS em dezembro do ano passado, diante da negativa em entregar uma cópia do BO dos ataques”, enfatiza Ademir.

As limitações das medidas do projeto-piloto foram salientadas pelos dirigentes sindicais. “Houve assaltos a uma agência em Shopping e a posto de atendimento, que podiam ter sido evitados se também fossem abrangidos”, alerta João Rufino, diretor do Sindicato de Pernambuco. “Quatro agências ainda foram assaltadas com a utilização da marreta, o que podia ter sido impedido se os bancos tivessem instalado vidros blindados nas fachadas”, observa.

Novo projeto-piloto

A exemplo da primeira reunião de avaliação nacional do projeto-piloto, ocorrida em 18 de março, em São Paulo, os bancos voltaram a propor a repetição do projeto-piloto em outras duas capitais de estados, a serem definidas em conjunto com o Comando.

“Reafirmamos a proposta do Comando de que a realização de outro projeto-piloto só faz sentido com a ampliação das medidas de segurança, como a abrangência de todas as agências (inclusive as de negócios e em Shopping) e postos de atendimento, vidros blindados nas fachadas, fim da guarda das chaves pelos bancários para prevenir sequestros, isenção das tarifas de transferência (DOC, TED) para

combater a “saidinha de banco” e transparência nas informações”, destaca o presidente da Contraf-CUT.

Os representantes dos bancos ficaram de analisar a proposta do Comando.

Crescimento dos assaltos no país

Ainda na reunião, a Fenaban apresentou a estatística semestral de assaltos a bancos referente ao primeiro semestre de 2014, conforme estabelece a cláusula 32ª da CCT, conquistada na Campanha Nacional 2010.

Os bancos informaram que houve 186 assaltos a agências e postos de atendimento nos primeiros seis meses deste ano, o que revela um crescimento de 14,1% em comparação com o mesmo período de 2013, quando foram comunicadas 163 ocorrências. Mais uma vez, a Fenaban não trouxe dados sobre arrombamentos.

“A estatística apresentada, mesmo inferior aos números da pesquisa nacional de ataques a bancos da Contraf-CUT e CNTV, é preocupante”, avalia o coordenador do Comando Nacional. “O pior é que é um dado fechado, não permitindo saber, por exemplo, os estados onde esses ataques ocorreram, quantos foram agências e quantos foram postos”, critica.

“Precisamos obter mais informações, para que possamos buscar soluções para mudar essa realidade, que traz medo e insegurança para os trabalhadores e a sociedade”, defende Cordeiro. A Fenaban ficou de estudar a proposta.

Fonte: Contraf-CUT



Sancionado projeto que dá celeridade aos processos trabalhistas

O Projeto de Lei da Câmara 63/2013 foi sancionado nesta segunda-feira (21) pela presidenta da República, Dilma Rousseff, e transformado na Lei 13.015/2014, publicada no Diário Oficial desta terça-feira (22). O projeto, de autoria do Deputado Valtenir Pereira (PROS-MT), proporciona maior celeridade aos processos na Justiça do Trabalho, e seu texto tem como base a Resolução 1451/2011 do Tribunal Superior do Trabalho.

As alterações promovidas fortalecem a uniformização da jurisprudência no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, sem qualquer prejuízo da interposição de recurso de revista por divergência, e positiva os parâmetros hoje fixados pela jurisprudência do TST para o recurso de revista. O texto ainda inclui dispositivo na CLT que estende, para o processo do trabalho, a experiência do processo civil quanto ao julgamento dos recursos de matérias repetitivas. Quanto aos embargos declaratórios, a proposição positiva requisitos construídos pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho para acolhimento da medida recursal e abrevia seu processamento.

Histórico do projeto

A proposição, protocolada na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei 2214/2011, foi analisada por duas comissões temáticas. Na Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público (CTASP), a matéria foi aprovada, em 2012, sob a relatoria do deputado Roberto Santiago (PSD/SP), após algumas alterações promovidas em razão de negociações entre o TST e diversas confederações, federações, associações e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), a matéria foi objeto de debate em audiência pública e, após novas negociações, foi aprovada em 2013, tendo como relatora a deputada Sandra Rosado, à época líder do PSB.

O projeto deu entrada no Senado Federal em setembro de 2013, onde tramitou, também, por duas comissões. Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a aprovação se deu no mês seguinte, sob a relatoria do senador Paulo Paim (PT/RS), com uma emenda de redação que corrigiu erro formal de escrita. “O projeto torna efetivo o disposto no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição, ao contribuir para o alcance da

tão almejada duração razoável do processo”, afirmou Paim. “Entretanto, não se descarta da segurança jurídica que deve nortear os pronunciamentos jurisdicionais emanados das cortes nacionais, ao mesmo tempo em que amplia as hipóteses de admissibilidade do recurso de revista e dos embargos no TST, reforçando seu papel uniformizador”.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, recebeu parecer favorável do senador Romero Jucá (PMDB-RR), aprovado em 4 de junho por unanimidade e em caráter terminativo. Na ocasião, o relator ressaltou que “essa é uma matéria a favor do trabalhador e da agilidade da Justiça”.

Regulamentação

O presidente do TST, ministro Barros Levenhagen, assinala que a nova lei só entra em vigor 60 dias após a publicação. Ele anunciou que, no reinício das atividades judiciais, em 1º de agosto, o TST comporá comissão de ministros para elaborar proposta de regulamentação da nova sistemática recursal, a ser submetida ao Tribunal Pleno. A partir daí, ela será aplicada no âmbito de toda a Justiça do Trabalho.

Fonte: TST

Lei aprova implantação de portas giratórias nos caixas de Jundiaí



Uma lei municipal determina que portas giratórias sejam instaladas na entrada das áreas de autoatendimento das agências bancárias em Jundiaí (SP).

A medida já está em vigor e o prazo para a mudança é até o dia 20 de dezembro. A lei que pretende tornar o dia a dia dos bancos mais seguro foi aprovada pelos clientes.

De acordo com o sindicato dos bancários a medida vai trazer mais segurança para clientes, funcionários e vigilantes. O principal objetivo é reduzir crimes, como a saidinha de

banco. “Os criminosos muitas vezes veem o que as pessoas sacam. A porta possibilita que o vigilante fique mais perto dos usuários”, explica o presidente do sindicato, Douglas Yamagata.

A lei já está em vigor e foi aprovada por unanimidade em sessão na Câmara dos Vereadores de Jundiaí e sancionada pelo prefeito Pedro Bigardi. Como o projeto foi publicado no dia 20 de junho, a fiscalização começa depois dos 180 dias, então no dia 20 de dezembro.

Fonte: G1

Programas sociais ajudaram a frear aumento da pobreza no Brasil, diz Pnud



O representante do Pnud e coordenador do sistema ONU no Brasil, Jorge Chediek, e a coordenadora do Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, Andrea Bolzon
Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

A ampliação dos gastos públicos e os programas sociais ajudaram o Brasil a impedir o retorno das camadas mais vulneráveis da população à pobreza após a crise econômica global de 2008. A avaliação está no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014, divulgado hoje (24) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

De acordo com o documento, a política anticíclica (aumento de gastos públicos em momentos de baixo crescimento econômico), os programas de transferência de renda e a política de valorização do salário mínimo fizeram o consumo dos 40% mais pobres da população continuar a crescer em ritmo maior que a média da população.

O representante residente do Pnud no Brasil, Jorge Chediek, considera acertada a política adotada pelo Brasil de aumentar

a resistência da população que ascendeu socialmente nos últimos anos a choques econômicos. “A crise financeira internacional criou sérios problemas para o Brasil, ameaçando a geração de empregos e o progresso social”, explicou.

Para Chediek, a estratégia de aumentar gastos públicos para conter crises econômicas deveria ter sido seguida pelos países avançados “Recomendamos a adoção de políticas anticíclicas em momentos de instabilidade econômica. A receita não foi seguida nos países desenvolvidos, que cortaram gastos e agravaram o desemprego e a vulnerabilidade da população”, comparou.

Segundo Andréa Bolzon, coordenadora do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, a ajuda às populações mais pobres não se resumiu aos programas

sociais. A ampliação do crédito e a valorização do salário mínimo ajudaram a manter a formalização do mercado de trabalho por meio do estímulo ao consumo interno.

“No mundo inteiro, existe a tendência de queda do emprego e aumento da informalidade. O Brasil é um dos poucos países a registrar aumento do emprego e diminuição do trabalho informal entre 2007 e 2010”, apontou Andréa.

Para a coordenadora, as medidas adotadas pelo Brasil ajudaram o país a manter o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em alta contínua, mesmo após o agravamento da crise econômica global. “Ano a ano, a nota do Brasil aumenta. Muito disso tem a ver com as políticas de redução das vulnerabilidades”, declarou. Em 2013, o Brasil ficou na 79ª posição no ranking internacional de desenvolvimento humano, com índice de 0,744.

Além da adoção de políticas anticíclicas, o relatório recomenda a implementação de um piso de proteção social em todos os países. Segundo o documento, o nível mínimo de proteção social é possível mesmo nas nações mais pobres. Países desenvolvidos, como a Dinamarca e a Suécia, começaram a adotar essas políticas quando tinham uma renda per capita semelhante à observada atualmente na Índia.

Fonte: Agência Brasil

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF